

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

O conceito de despotismo no debate político francês do século XVIII: uma análise conceitual do *Dicionário da Academia Francesa* e da *Enciclopédia*

Amanda Rigo Pradella
Universidade de São Paulo (USP)

Trabalho preparado para apresentação no XIV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 23 a 27 de setembro de 2024.

RESUMO: Inserido no desenvolvimento de uma pesquisa que busca compreender o conceito de despotismo de Montesquieu no *Do espírito das leis* (1748), a questão central deste trabalho é analisar como o conceito de despotismo foi usado nas disputas políticas sobre monarquia francesa do século XVIII da França, particularmente após 1715, sob o reinado de Luís XV. A dinâmica desta disputa se deu principalmente pelas definições da língua francesa, e logo os dicionários ganharam uma função polêmica. A literatura identifica duas posições centrais desta disputa: uma que defendia a monarquia e os privilégios da aristocracia, e outra que contestava tanto os privilégios da aristocracia quanto a monarquia absolutista. Ambas retomaram o conceito de despotismo para fundamentar suas posições políticas. A partir de uma abordagem histórica, a nossa proposta parte da reconstrução desta disputa pelo estudo dos verbetes de despotismo dos dois principais dicionários do século XVIII, o *Dicionário da Academia Francesa* (1718; 1740 e 1762) e da *Enciclopédia* (1751). Os resultados indicam que a definição de despotismo, seja do *Dicionário da Academia Francesa* ou da *Enciclopédia*, era contrastada com a monarquia francesa a partir da intenção do argumento, para defendê-la ou criticá-la. O despotismo seria, assim, o parâmetro da época para um governo politicamente e moralmente ruim. Portanto, as posições que defendiam a monarquia distanciavam os dois governos, enquanto as posições que a criticavam, aproximavam-os. Desta forma, compreendemos que o conceito de despotismo constituía o imaginário político da época como uma forma de governo e uma sociedade que deveria ser evitada a todo custo.

Palavras-chave: Despotismo; França, Século XVIII; Conceito

INTRODUÇÃO

Uma das principais questões políticas da França do século XVIII era saber se o reinado de Luís XV poderia ser considerado um reinado absolutista (DIJN, 2013). Afinal, o Estado absolutista de Luís XIV havia provado ser caro devido às pretensões engrandecedoras do monarca e às consequências das guerras religiosas (DOYLE, 2001). Além disso, os franceses dividiram opiniões sobre Luís XV, seja pelas consequências financeiras das guerras travadas durante o seu reinado, seja pela sua própria reputação (DIJN, 2013; SWANN, 2001). Apesar dos custos com as guerras, durante o reinado de Luís XV, a França conseguiu desfrutar de um crescimento econômico e populacional, além de um desenvolvimento do comércio (BOSSENGA, 2001; SWANN, 2001). Porém, a “tragédia” de Luís XV foi não associar a sua imagem aos feitos positivos de seu reinado:

Ao contrário, após 1748 trancou-se em seu palácio real, aventurando-se apenas ocasionalmente em Paris e nunca nas províncias. Cortado do público, Luís XV secou o poço de afeição para a sua pessoa e encorajou os rumores constantemente exagerados sobre sua conduta” (SWANN, 2001, p. 222, tradução nossa¹).

O desenvolvimento econômico da época não resultou em transformações sociais imediatas, pois a sociedade francesa do século XVIII ainda era fortemente dividida pelo *status* dos súditos (BOSSENGA, 2001). No entanto, a emergência das classes burguesas — e com ela, o “novo direito político” (GROSRICHARD, 1979, p. 7, tradução nossa²) — se opunha aos privilégios concedidos pela coroa à aristocracia. A aristocracia francesa, se sentindo ameaçada pela burguesia, denunciava o despotismo que corrompia a monarquia contra seus “mais veneráveis aliados, os irmãos de sangue” e promovia a uniformidade contra a “hierarquia natural” (GROSRICHARD, 1979, p.7, tradução nossa³). Por outro lado, como parte das críticas ao absolutismo, a burguesia denunciava o despotismo presente

¹ Intead, after 1748 he locked himself away in his royal palaces, venting only rarely to Paris and never to provinces. Cut off from the public, Louis XV drained the well of affection for his person and encouraged the often exaggerated rumpus about his conduct.”

² [...] d’un nouveau droit politique.

³ [...] plus vénérables alliés, les frères de sang [...] hiérarchie naturelle.

nos privilégios da “antiga nobreza” (GROSRICHARD, 1979, p. 7, tradução nossa⁴) e na sociedade hierárquica, meios arbitrários de manutenção do regime que se afirmava na medida em que se sentia mais ameaçado (GROSRICHARD, 1979).

Como parte de uma pesquisa sobre o *Do espírito das leis* (2023 [1748]) de Montesquieu, este texto procura contextualizar a disputa política da sua época, isto é, a França do século XVIII. Com isso, não pretendemos defender que Montesquieu se filiava ou não à alguma posição, mas apenas compreender como se davam as disputas políticas. Segundo Melvin Richter (1989), as disputas políticas da França do século XVIII ocorriam através do significado dos conceitos da língua francesa, que, por este motivo, era igualmente disputada. Por conta disso, os dicionários e enciclopédias da época adquiriram um papel polêmico semelhante aos panfletos que foram escritos posteriormente na Revolução Francesa (RICHTER, 1989). Esta influência dos dicionários no debate é o que poderia explicar o grande número de dicionários que foram produzidos na virada do século XVII para o XVIII (SWIGGERS, 1988). Dentre os que mais se destacaram estão o *Dicionário da Academia Francesa* e a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert, que protagonizam o principal antagonismo político sobre a monarquia de Luís XV (RICHTER, 1989). O *Dicionário* reflete as opiniões da aristocracia francesa, por isso defende seus privilégios baseados no *status*, e também as opiniões da monarquia francesa, sob o legado absolutista de Luís XIV. Em contrapartida, a *Enciclopédia* desafia os privilégios aristocráticos e o absolutismo através de novas definições dos conceitos na tentativa de mudar concepções compartilhadas entre os leitores da época (RICHTER, 1989).

Nesse cenário, nosso objetivo é evidenciar o uso do conceito de despotismo feito pelo *Dicionário* e a *Enciclopédia* na disputa sobre a monarquia francesa do século XVIII. Para isso, propomos reconstruir o debate político da época através da contraposição dos verbetes de despotismo definidos pelo *Dicionário da Academia Francesa* (1694; 1718; 1740; 1762), e o verbe da *Enciclopédia* (1754) escrito por Jaucourt. Partimos do pressuposto que o conceito de despotismo é um dos principais conceitos da época, uma vez que ele era usado para contestar e defender os governos europeus comparando-os ou

⁴ [...] l’antique noblesse.

distanciando-os dos governos despóticos do Oriente (DIJN, 2013; GROSRICHARD, 1979). Não serão analisados os reinados de Luís XIV e XVI, apesar de, eventualmente, o primeiro ser uma referência lembrada pelos discursos do *Dicionário* e da *Enciclopédia*. O presente artigo demonstra que o despotismo é um conceito controverso na época: de um lado, o *Dicionário* exerce um papel político na defesa da monarquia francesa, e, de outro, a *Enciclopédia* reflete sobre o absolutismo na França. Enquanto no *Dicionário* o conceito de despotismo é menos destacado, na *Enciclopédia* ele é fundamental para criticar o absolutismo francês. Neste sentido, o despotismo é usado para questionar práticas absolutistas e para defender posições sociais distintas, aparecendo sempre como uma ameaça à integridade política da França. Desta forma, o conceito de despotismo remete a um imaginário político que é compartilhado no século XVIII. Os governos deste imaginários são caracterizados pelos governos do Oriente, mas a forma que tomam representam um governo absurdo. O panorama orientalista, imbuído ao conceito, é usado no século XVIII com um novo gesto: para avaliar os próprios governos europeus.

O texto a seguir está dividido em quatro seções, excluindo a introdução e a conclusão. Na primeira seção, iremos explicar a retomada do despotismo no século XVIII, destacando mudanças que ocorreram no conceito ao longo do tempo. Posteriormente, abordaremos as características do conceito de despotismo no século XVIII a fim de, em seguida, discutirmos a definição de despotismo do *Dicionário da Academia Francesa* e, depois, da *Enciclopédia*.

1. A RETOMADA DO CONCEITO DE DESPOTISMO NO SÉCULO XVIII

Como foi anunciado, nesta primeira seção iremos abordar a retomada do despotismo no século XVIII. O conceito de despotismo é da mesma família de conceitos como tirania, monarquia absolutista, ditadura, bonapartismo, cesarismo e totalitarismo (RICHTER, 1973; 2005). Entende-se que esta família reúne conceitos políticos que são contrários ou opostos a um ideal político ou um conjunto de ideias preferido pela tradição de pensamento político

(RICHTER, 2005). Os conceitos desta família são usados para classificar regimes políticos que tendem a “negar para os seus súditos uma ou todas as seguintes: liberdade, justiça, igualdade, direitos humanos, tolerância, o Estado de direito, governo limitado, divisão de poderes, governo constitucional e/ou representativo, instituições democráticas” (RICHTER, 2005, p. 225, tradução nossa⁵).

Antes de prosseguirmos, é necessário esclarecermos que não nos propomos aqui a traçar uma história do conceito de despotismo – o que acreditamos não sermos capazes no momento. Interessa-nos apenas compreender a sua retomada no século XVIII. Referimo-nos a uma “retomada” porque segundo estudos da história do conceito (KOEBSNER, 1951; RICHTER, 1973; 2005; VENTURI, 1963), entre o seu uso na Grécia Antiga e no século XVIII, o conceito ficou em segundo plano em detrimento do uso do conceito de tirania. Contudo, acreditamos que é necessário expor pontos importantes dos usos – ou do não uso – do conceito ao longo do tempo, pois, com isso, é possível estabelecer possíveis continuidades e rupturas do uso do conceito no século XVIII. Desta forma, nesta seção retomaremos alguns usos do conceito que são mais destacados pela literatura para, então, abordarmos a sua retomada no século XVIII.

É difícil estabelecer uma origem única ao conceito de despotismo, mas as menções mais antigas de que temos contato relatam seu uso mais longínquo na Grécia Antiga (KOEBSNER, 1951; RICHTER, 1973; VENTURI, 1963). Naquela época, o despotismo era usado paralelamente ao conceito de tirania, que designava uma “patologia” grega: o governo da *polis* é usurpado por um indivíduo através da força (RICHTER, 2005, p. 224), enquanto o conceito de despotismo, como argumenta Aristóteles (1998), indicava um tipo de autoridade do homem livre grego enquanto senhor de escravos, além de designar o governo dos bárbaros do Oriente.

Os romanos não usavam o conceito de despotismo. Isso se dá por conta da rejeição romana a termos gregos, preferindo o latim (KOEBSNER, 1951), o que também se deu posteriormente. Segundo Venturi (1963, p. 133), os tradutores medievais de Aristóteles se

⁵ [...] deny to their subjects one or all of the following: liberty, justice, equality, human rights, toleration, the rule of law, limited government, division of powers, constitutional and/or representative government, democratic institutions.

esforçaram para manter o sentido original do termo no grego se referindo a palavras como *despoticum*, *monarchia despotica* e *despotizare*, mas, no século XV, os humanistas abandonaram os termos gregos e passaram a usar termos em latim para o mesmo significado. Nesse sentido, os humanistas do século XV se aproximavam dos escritores romanos que evitavam usar a nomenclatura grega, e, assim como eles, passaram a usar o termo *dominus*, “o conceito romano correspondente a *despotes* em sua relação tanto com o doméstico quanto com as preocupações políticas [...]” (KOEKNER, 1951, p. 278, tradução nossa⁶).

O conceito de despotismo é retomado no final do século XVII. Um dos autores a usar este termo é Hobbes, contudo o conceito não possui o mesmo sentido que Aristóteles expressou. Como argumenta Koebner (1951, p. 290, tradução nossa⁷), para o teórico inglês “a monarquia despótica não era nem ‘barbáara’ nem ‘Oriental’”, e sim uma forma natural, que não implicava em “nenhuma regra mais severa que qualquer outro governo em que os princípios da ordem social são consistentemente realizados”. Como abordaremos adiante, o substantivo do conceito, isto é, o termo *despotismo*, não existia nessa época. É apenas no século XVIII que ele irá aparecer pela primeira vez. A partir da sua retomada, o conceito passa a exercer centralidade nos discursos da época: “Foi no século XVIII, e particularmente na França, que despotismo substituiu tirania como o termo mais usado frequentemente para caracterizar um sistema de dominação total, como distinto do abuso de poder excepcional por um governante” (RICHTER, 1973, p. 1, tradução nossa⁸). No entanto, comentadores de Montesquieu avaliam que é apenas com a publicação da obra *Do espírito das leis*, em 1748, que o conceito ganhou significância política para o debate francês da época, designando não um tipo de autoridade ou um modo de governar, mas, desta vez, como uma forma de governo (GROSRICHARD, 1979; RICHTER, 1973; 2005). Na próxima seção, veremos as características do conceito na sua retomada no século XVIII.

⁶ The Roman concept corresponding to *despotes* in its relation to domestic as well as to political concerns was *dominus*.

⁷ [...] despotic monarchy is neither “barbarian” nor “Oriental” [...] it implies no harsher rule than any other government in which the principles of social order are consistently carried through.

⁸ It was in the eighteenth century, and particularly in France, that despotism supplanted tyranny as the the term most often use to characterize a system of total domination, as distinguished from the exceptional abuse of power by a ruler.

2. CARACTERÍSTICAS DO CONCEITO DE DESPOTISMO NO SÉCULO XVIII

O conceito do governo despótico não desapareceu após a Grécia Antiga. Ainda que o vocabulário grego fosse rejeitado por autores romanos e humanistas, nas traduções das obras, principalmente de Aristóteles, era inevitável não se referir a ele, ainda que, como argumentamos, outros termos em latim eram empregados ao invés do termo em grego (KOEBSNER, 1961). Porém as traduções distanciaram-se do sentido do conceito tal qual era usado pelos pensadores gregos. Por exemplo, o conceito de *dominus* perdeu o sentido de “senhor de escravos”. Para esta designação, os humanistas usavam outros termos como *erus* e *erilis* (KOEBSNER, 1951, p. 283). Parece-nos que, por conta deste hiato no uso do conceito, os autores do século XVIII, quando o utilizavam, evidenciaram mais a sua “origem grega”.

Como dissemos na última seção, na Grécia Antiga, despotismo era usado concomitantemente ao conceito de tirania, porém os conceitos não designavam o mesmo tipo de poder ou autoridade (ARISTÓTELES, 1998). Enquanto a tirania era usada exclusivamente em contextos políticos, o poder despótico era usado em contextos domésticos. Todo cidadão livre que era um senhor de escravos era um déspota. Distinguiu-se, assim, o campo da política e o campo doméstico. O uso político do conceito de poder despótico, isto é, para avaliar governos, sempre designava um tipo específico de governo: os governos dos bárbaros do Oriente. Segundo Aristóteles (1998), no governo dos bárbaros, todos eram escravos, portanto, não havia homens livres como havia entre os gregos, e por este motivo os gregos poderiam dominar os bárbaros. Nesse sentido, a designação de um governo despótico também servia como justificativa para os empreendimentos imperialistas dos gregos. A título de curiosidade, segundo Koebner, Aristóteles teria aconselhado Alexandre, o Grande, a se “comportar como um líder para os gregos, e como um déspota para os bárbaros”, pois o estagirita “assumiria que eles [os bárbaros]”, acostumados a sujeição, “obedeciam a lei arbitrária dos reis hereditários, logo

se submeteriam àquela dos governadores helenos e macedônios” (KOEBSNER, 1951, p. 278, tradução nossa⁹).

A partir disso, percebemos que o conceito de despotismo, evidentemente, está localizado no campo doméstico, mas é interessante notar que ele também é usado no campo político, ainda que seja para designar um tipo específico de governo. Não é incomum depararmos com argumentos que afirmam que o despotismo é um conceito apolítico (ARENDRT, 2005). Como Koebner (1951) nota, essa afirmação é inclusive usada por autores do século XVIII, como Voltaire, ao reivindicarem o uso do conceito de acordo com a sua origem. Contudo, para o contexto da época – que esperamos esclarecer ao longo deste texto – a reivindicação apolítica do conceito parece ser parte das estratégias retóricas de autores pró-monarquistas.

No século XVIII, o conceito de despotismo não perde o significado antigo, não obstante ele ganha um novo sentido que caracteriza a sua retomada: o conceito passou a ser usado para avaliar a situação política interna dos países da Europa, e principalmente a França (GROSRICHARD, 1979). O que parece ser fixo no conceito, tanto no uso na Antiguidade como no século XVIII, é sua relação com os governos orientais (VENTURI, 1963).

O uso do conceito para avaliar os próprios governos europeus, em especial a monarquia francesa, ocorreu devido ao contato, e, conseqüentemente, às novas informações de outros povos desconhecidos pelos europeus, advindas de inúmeros relatos de viajantes. Logo, o acúmulo de informações que os europeus receberam sobre governos que eles consideravam monstruosidades serviu para que avaliassem seus próprios regimes (GROSRICHARD, 1979). Esta tendência aparece desde o final do século XVII, quando panfletos passaram a utilizar o conceito para criticar o reinado absolutista de Luís XIV, como o famoso panfleto *Les soupirs de la France esclave* (VENTURI, 1963). Talvez seja por conta disso que no século XVIII, como esperamos demonstrar, o conceito de despotismo era usado muito mais por aqueles que queriam se opor à monarquia francesa do

⁹ [...] behave as a leader (*hegemon*) towards Greeks but as a *despotes* towards the Barbarians. [...] assumed would obey the arbitrary rule of hereditary kings very quickly submitted to that of Hellenic and Macedonian governors.

que aqueles que queriam defendê-la. Poderíamos, assim, argumentar que no século XVIII, despotismo não era um conceito exclusivo dos autores anti-absolutistas, mas que passou a ser muito mais usado por eles para posicionarem contra práticas de Luís XIV, e posteriormente de Luís XV, estabelecendo comparações entre o governo francês e os governos do oriente.

A comparação entre diferentes costumes e governos se tornou comum entre autores do século XVIII e, segundo Richter (2002), elas não eram neutras, mas eram usadas pelos europeus para definirem suas próprias nações e como armas discursivas nos conflitos com diferentes povos. É neste sentido que Richter (1973, p. 1, tradução nossa¹⁰) define:

Despotismo é um conceito que foi usado para descrever e comparar sistemas políticos, como uma arma tanto na política interna como internacional, e como uma expressão, geralmente, embora não invariavelmente, de forma negativa, da preferência política de um autor.

Este tipo de comparação só foi possível graças a uma imagem negativa de um “outro”, representada pelos povos do Oriente, da qual os europeus compartilhavam .

Até aqui vimos um pouco dos usos do conceito de despotismo para compreendermos seu significado no século XVIII. Vimos também que no século XVIII o conceito retoma a definição da antiguidade grega, mas inova ao ser usado para avaliar os próprios governos europeus. Diante do que foi exposto, passaremos à reconstrução do debate político da França, a partir da definição de despotismo que o *Dicionário da Academia Francesa* e a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert usavam no século XVIII. Começamos pelo *Dicionário*.

3. DESPOTISMO NO *DICIONÁRIO DA ACADEMIA FRANCESA*

¹⁰ Despotism is a concept that has been used to describe and compare polities, as a weapon in both domestic and international politics, and as an expression, usually although not invariably, in negative form, of an author’s political preference.

O *Dicionário da Academia Francesa* é o principal dicionário a ditar e proteger a normalização e conceitualização da política da língua francesa oficial (RICHTER, 1989). Ao todo são nove edições do *Dicionário* que foram publicadas desde da sua criação no século XVII. Dentre elas, quatro foram publicadas no século XVIII, em 1718, 1740, 1762, e uma durante a Revolução Francesa, em 1798¹¹. Para os fins deste artigo, iremos analisar o verbete de despotismo das edições até 1762, a última edição que antecede a Revolução Francesa. Optamos por traduzir as definições que se encontram no corpo do texto, deixando as passagens originais nas notas de rodapé.

O verbete de despotismo não aparece nas primeiras edições. A razão disso é que o substantivo *despotisme* só foi mencionado pela primeira vez na França em 1721, pelo *Dicionário de Trévoux* (GROSRICHARD, 1979). O *Dicionário da Academia Francesa* define o termo apenas em 1740, na sua terceira edição. Por conta disso, para os fins da comparação pretendida neste texto, analisaremos as definições de outros termos pertencentes à família de termos do conceito de despotismo no *Dicionário*. Na primeira edição de 1694, aparecem apenas as definições do adjetivo *despotique* (despótico) e do advérbio *despotiquement* (despoticamente). *Despotique* é definido brevemente como “absoluto. Um poder, um comando despótico” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1694, p. 318)¹². Enquanto que *despotiquement* é definido “como uma autoridade, um poder despótico. Ele comanda despoticamente” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1694, p. 318)¹³. A edição de 1718 define os mesmos termos da mesma forma com a diferença de que o adjetivo *despotique* é caracterizado como “um comando despótico. Autoridade despótica, Poder despótico. Governo despótico” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1718, p. 463)¹⁴, e o advérbio *despotiquement*, como um modo de governar: “governar despoticamente” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1718, p. 463)¹⁵. Comparando as duas primeiras edições, apesar da diferença entre as definições, fica claro que, em ambas, despótico é um tipo de poder ou autoridade, e despoticamente é um modo de governar. Notamos que em ambas há

¹¹ Todas as publicações estão disponíveis digitalmente na biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França (<http://gallica.bnf.fr/>) e no site do Dicionário da Academia Francesa (<https://www.dictionnaire-academie.fr/>).

¹² Absolu. Un pouvoir, un commandement despotique.

¹³ Avec une autorité, un pouvoir despotique. Il commande despotiquement.

¹⁴ Un commandement despotique. autorité despotique. pouvoir despotique. Gouvernement despotique.

¹⁵ Gouverner despotiquement.

uma associação entre o poder absoluto e o despótico, compreendendo que aquele que possui um poder absoluto pode governar despoticamente. Entendidas desta forma, a principal questão para saber o que compõem um governo despótico é se o príncipe governa despoticamente, contudo as definições não detalham o advérbio suficientemente, o que dificulta o estabelecimento de um critério para o que seria governar despoticamente.

A edição de 1740, além das mesmas definições de *despotique* e *despotiquement* da edição de 1718, define o substantivo *despotisme* (despotismo), como anunciamos. Nela, *despotisme* é definido como uma “autoridade absoluta, poder absoluto. O despotismo se introduz em todos os Estados que subsistem há muito tempo” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1740, p. 486)¹⁶. A edição de 1762 além das mesmas definições dos mesmos termos da edição de 1740, também define *despote* (déspota), pela primeira vez no *Dicionário*: déspota é “quem governa despoticamente. Ainda se diz dos governantes de certos Estados” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1762, p. 518)¹⁷. As duas edições acrescentam novos termos à família dos termos do conceito de despotismo. O termo despotismo por si é associado a um tipo de poder ou autoridade absoluta como o adjetivo despótico. Contudo, há uma desvinculação do conceito ao governante, definido apenas como um governo. Portanto, despotismo é “uma espécie de forma de vida, na qual se inclui o sistema discursivo necessário para legitimá-la” (OSTRENSKY, 2024, p. 259).

As definições traçam características em comum do despotismo que podem ser tomadas como partes de uma única definição. Em síntese, despotismo é um governo absoluto que se mantém durante muito tempo. Ostrensky (2024) destaca que nessa definição o tempo é um critério para classificar governos como despóticos, não usando a palavra monarquia, o que revela que a “sucessão é hereditária” (OSTRENSKY, 2024, p. 259). No entanto, o critério do tempo pode ser aplicado tanto à França, que é lembrada pelo *Dicionário* como uma das monarquias mais antigas — “nenhuma monarquia durou tanto tempo quanto a da França” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1694, p. 81)¹⁸ — quanto aos governos asiáticos, lembrados igualmente pelos grandes e antigos impérios, especialmente

¹⁶ Autorité absolue, pouvoir absolu. Le despotisme s’introduit dans tous les Etats qui subsistent long-temps.

¹⁷ Qui gouverne despotiquement. Il se dit encore des Gouverneurs de certains États.

¹⁸ Il n’y a aucune Monarchie qui ait jamais tant duré que celle de France.

o Império Otomano (GROSRICHARD, 1979). É pela possibilidade de ser associado a governos tão distintos que despotismo pode ser entendido como um conceito polêmico. Por este motivo, não surpreende saber que lados politicamente opostos possam usar o mesmo conceito. O poder absoluto do despotismo poderia ser comparado ao poder absoluto que exerce o monarca da França (RICHTER, 1973; GROSRICHARD, 1979). No entanto, o modo de governar despoticamente do príncipe pode diferenciar o despotismo de uma monarquia. Partindo do pressuposto que na monarquia, o rei governa de modo legítimo e justo, não seria estranho associarmos o modo de governar despoticamente a uma injustiça. Portanto, seguindo este raciocínio, a monarquia francesa não pode ser despótica, pois é um governo justo.

Além disso, há um detalhe nas definições que chama atenção: o despotismo *se introduz (s'introduit)* nos Estados, o que parece sugerir que ele não é uma ameaça interna, mas uma ameaça estrangeira. Por este motivo, o conceito do *Dicionário* parece se fundamentar na distinção da Antiguidade Clássica entre despotismo e tirania, sendo o primeiro o governo bárbaro estrangeiro, e o segundo a usurpação do poder da *polis* por um único homem, uma patologia grega (RICHTER, 2005). Este uso do conceito é contrário à tendência discursiva da época que usava tirania e despotismo intercambiavelmente (RICHTER, 2005; OSTRENSKY, 2024). A associação do despotismo a uma força estrangeira sugere uma força mística do conceito que é como um fantasma que ronda a Europa (GROSRICHARD, 1979). A definição do *Dicionário* reforça o argumento de Dijn (2013), de que os discursos dos defensores da monarquia de Luís XV reafirmaram o despotismo como um governo do Oriente. Eles tinham como estratégia retórica distanciar o conceito de despotismo da monarquia, ressaltando que na Ásia a maioria dos Estados eram despóticos e, portanto, não existiria despotismo na França (DIJN, 2013).

O verbete de despotismo também pode ser entendido como parte do projeto do *Dicionário*. As intenções políticas do *Dicionário* são evidenciadas nas epístolas dedicatórias ao rei, que não mediam esforços em seus elogios ao monarca. Considerando, ainda, que o *Dicionário* foi produzido pela Academia Francesa, tendemos a vê-lo como um projeto político da monarquia francesa, que foi elaborado com a finalidade de estabelecer

conceitos que promovam as opiniões da coroa, e conseqüentemente, dedicam-se a defender o reinado de Luís XIV e Luís XV. Afinal, a Academia Francesa foi criada pela monarquia em 1635 com a missão de proteger e promover a língua francesa (ACADÉMIE FRANÇAISE, 2024). Na epístola da 3ª edição dedicada a Luís XV, a Academia Francesa reforça o projeto do *Dicionário* e seu compromisso com a coroa. Nela, Luís XV é exaltado por sua moderação, justiça, proteção e por ser o conciliador das diferenças:

O espírito de discernimento, o dom mais desejável que o Céu pode conceder aos reis, e que é admirado todos os dias no uso que faz de sua autoridade; sua sensibilidade às necessidades de seu Povo; seu amor pela justiça, fizeram de vós, Majestade, por muito tempo, tão querido pelos Estrangeiros quanto por seus próprios Súditos (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1740, n.p.)¹⁹.

Lembramo-nos de que a moderação, de acordo com Montesquieu (2023), é uma qualidade e paixão oposta ao despotismo. Ademais, é interessante notarmos as imagens que precedem as epístolas. Nelas, vemos Luís XV sendo coroado com louros pela História, vestida em armadura, e a Fama, que segura em sua mão o dizer “à imortalidade”²⁰ (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1718; 1740; 1762), da mesma forma que o frontispício da primeira edição do *Dicionário* coroava Luís XIV (HUBAC, 2017). As imagens antecipam as mensagens das epístolas. Ambas reforçam o compromisso das publicações do *Dicionário* com a monarquia francesa. Assim, compreendemos que o *Dicionário* serve de instrumento político, e que através das definições da língua preserva as concepções e o vocabulário e corrobora para a manutenção do governo. Na definição de despotismo do *Dicionário*, o conceito não é usado para criticar a monarquia francesa, pois ainda considera o despotismo como uma ameaça externa e não um problema interno da França. A seguir, passaremos à análise do verbete de despotismo na *Encyclopédie*.

¹⁹ L'esprit de discernement, présent le plus desirable que le Ciel puisse faire aux Rois, et qu'on admire tous les jours dans l'usage que vous faites de votre autorité, votre sensibilité aux besoin de vos Peuples; votre amour pour la justice, vous rendent, SIRE, depuis long-temps, aussi cher aux Etrangers qu'à vos propre Sujets.

²⁰ À l'immortalité.

4. DESPOTISMO NA *ENCICLOPÉDIA*

Sabemos que há uma extensa bibliografia sobre o trabalho dos enciclopedistas. Todavia, nos limitamos aqui em compreender como a *Enciclopédia* polarizava com o *Dicionário* na disputa sobre a monarquia francesa da época. O verbete de despotismo está no quarto volume da *Enciclopédia*, publicado em 1754²¹, escrito por Chevalier Louis de Jaucourt. Nele, despotismo é definido como um governo “tirânico e absoluto de um homem só” e é encontrado especialmente nos governos da “Turquia, do Mogol, do Japão, da Pérsia, e de quase toda a Ásia” (JAUCOURT, 2015, p. 95). Desta forma, inicialmente o autor distingue os governos despóticos dos europeus. O princípio deste governo é “que um só príncipe os governe segundo sua própria vontade, não tendo absolutamente outra lei que o dirija a não ser a de seus caprichos” (JAUCOURT, 2015, p. 95). Para além do tipo de governo, do lugar onde ele é encontrado e do modo de governá-lo, o despotismo carrega outras características típicas que, além de serem critério para identificá-lo, condicionam a formação imaginária que se tem desses governos.

Por exemplo, na *Enciclopédia*, os países despóticos são pobres. Isso ocorre porque as terras não são cultivadas e porque não há comércio. Como os súditos não possuem a propriedade sobre as terras, que pertencem apenas ao déspota, não há incentivo para cuidá-las. O comércio, mesmo nos raros países despóticos que o possuem, ele não é regulado, e, portanto, não há garantia de que as transações sejam justas. Para Jaucourt, seguindo Montesquieu, o comércio tem o papel de pacificar as relações entre diferentes nações. Se não há comércio, logo, não há humanidade nesses países, e é por isso que os crimes são punidos com uma violência brutal, pois “[...] lá não se trata de corrigir os culpados, mas de vingar o imperador” (JAUCOURT, 2015, p. 97).

Outro ponto a ser destacado é o próprio déspota. A força do despotismo não está no déspota. O déspota é apenas um escravo como todos os outros súditos deste governo, mas que teve a sorte de ascender ao trono. Sorte parece ser a melhor palavra para descrever a sua ascensão ao trono, afinal, não foi por meio de sua virtude e sabedoria: o déspota teve a

²¹ Na tradução publicada pela Editora Unesp, o verbete está no 4º volume (2015).

sorte de não ter sido morto antes. Contudo, o déspota não governa, apenas quer satisfazer seus desejos no serralho, logo é necessário instituir um vizir para cuidar de todos os negócios do governo. Tem-se aí um paradoxo entre o déspota e o vizir (GROSRICHARD, 1979). O déspota não governa porque ele não sabe como e porque não se interessa nos negócios do governo, e o vizir, por sua vez, não pode governar, pois se ele o fizesse estaria indo contra o princípio do despotismo e seguindo as suas vontades ao invés das vontades do déspota. O vizir é incapaz de deliberar, “incapaz para o seu lugar, não pode nem apresentar seus temores ao sultão sobre um acontecimento futuro nem desculpar seus insucessos a partir do capricho da fortuna” (JAUCOURT, 2015, p. 95). Portanto, ninguém governa de fato esse governo (GROSRICHARD, 1979).

Vimos no *Dicionário* que um dos critérios para classificar um governo despótico é o longo tempo que os governos subsistem. Pressupõe-se que a longa vida desses governos deva-se em razão da garantia da sucessão. Contudo, o cenário para o verbete da *Enciclopédia* é outro. Nele, há duas formas de se tornar um príncipe do despotismo: pela escolha do déspota e pela força. Quem escolhe o sucessor é o próprio déspota, por isso não há lei nem costume que determine uma sucessão hereditária. E ainda que ele escolha alguém, ele pode mudar de ideia. Mesmo que o déspota mantenha sua escolha, ainda assim, a sucessão não é garantida pois é costume que alguém tome o trono pela força: “acontece que aquele que sobe ao trono, antes manda estrangular seus irmãos” (JAUCOURT, 2015, p. 96). A igual condição de escravos que todos os homens no despotismo se encontram torna todos igualmente capazes de serem o próximo déspota. Com efeito, não há nada que assegure a sucessão. Dentre a hereditariedade, a escolha e a força, a última é a que parece ser a mais bem sucedida forma de chegar ao trono: “nos Estados despóticos ninguém é monarca a não ser de fato” (JAUCOURT, 2015, p. 96).

O verbete também considera os súditos do despotismo. Os homens, em particular, são equiparados a animais, e, por isso, só respondem ao “instinto, a obediência, o castigo” (JAUCOURT, 2015, p. 96). Logo, os povos dos governos despóticos são retratados como tímidos e abatidos, proibidos de qualquer raciocínio lógico (JAUCOURT, 2015, p. 97). Todavia, no verbete, o povo não adere às práticas despóticas. Ele não se assemelha ao que é

característico do despotismo e nem possui afetos para com esse governo, pois, ao fim e ao cabo, ele irá sofrer independentemente de quem seja o déspota. Por isso, é o povo que não se esforça para proteger a coroa de qualquer ataque: “como não seria possível fazê-los suportar um jugo ainda mais pesado, eles não tomam a menor parte no destino daqueles que o governam” (JAUCOURT, 2015, p. 98). A única forma dos súditos libertarem-se do jugo do despotismo é pela morte. A morte é um ato particular e seu único objetivo é “vingar uma injúria” (JAUCOURT, 2015, p. 98), ela não tem pretensões de ser uma ação virtuosa, e nem acabar com o despotismo. Contudo, o verbete de Jaucourt reconhece que os súditos do despotismo podem resistir ao déspota. Nessa possibilidade, os súditos não se revoltam contra o despotismo, mas contra o déspota, e portanto o resultado é a destituição de um déspota por outro, sem que o governo mude:

[...] uma vez que os súditos se revoltam, o povo acaba por duvidar qual alma é mais estimável, se é a do príncipe legítimo ou a do súdito rebelde, e se a adoção celeste não passou da pessoa do rei para a pessoa do súdito. Aliás, não há pequenas revoltas nesses países. Não há intervalo entre o murmúrio e a sedição, a sedição e a catástrofe: o descontente vai direito ao príncipe, ataca-o, derruba-o, apaga até sua ideia. Num instante, o escravo torna-se o mestre, num momento ele é usurpador e em seguida, legítimo (JAUCOURT, 2015, p. 99).

Encaminhando para a conclusão, Jaucourt compara o governo francês com o despótico, ressaltando que ao contrário do seu país, o sultão do despotismo está sempre em perigo de ser destruído:

Aquele que quer destronar o príncipe só precisa representar o papel de soberano e assumir o espírito da soberania. A autoridade, estando encerrada num só homem, passa sem dificuldade de um a outro, devido ao fato de não existirem nos empregos ou funções públicas pessoas interessadas em conservar a autoridade real. Portanto, só o príncipe se interessa em defender o príncipe, enquanto cem mil braços se interessam em defender nossos reis (JAUCOURT, 2015, p. 100).

Por todas essas características que foram expostas no verbete, o autor conclui que o despotismo é um tipo de governo que prejudica a todos — os povos e os príncipes — em qualquer lugar e em qualquer tempo, pois o que subsiste neste governo é o seu princípio e seus efeitos maléficos para a sociedade. Contudo, o verbete avalia que o despotismo não permanece incontestável, pelo contrário, “a natureza humana sempre se levanta contra um governo dessa espécie” (JAUCOURT, 2015, p. 100), conseqüentemente, ele é contestado o tempo todo. Se ainda assim o despotismo existe é porque as nações “estão acorrentadas pela superstição, pela educação, pelo hábito e pelo clima” (JAUCOURT, 2015, p. 100). A superstição tem o papel de suscitar o medo nos súditos. A educação e os costumes reforçam a servidão do governo, e o clima caracteriza os países do despotismo como mais quentes.

Até aqui, vimos que o verbete determina um lugar específico do despotismo: o Oriente, em especial o continente asiático. Esta determinação ocorre em parte pelo clima e também em parte, como o verbete indica, por causa da religião²². O cristianismo, portanto ao contrário do islamismo, não permite que uma autoridade absoluta seja estabelecida, pois ele não permite que uma soberania não seja ilimitada. A soberania não pode ser determinada pela vontade do monarca, pois quem deve determiná-la são “regras imutáveis da sabedoria, da justiça e da bondade” (JAUCOURT, 2015, p. 101). Ainda assim, segundo o verbete, o rei nos países cristãos detém todas as posses de seus súditos para protegê-las. Neste sentido, os súditos não perdem suas propriedades e o rei garante que elas estejam seguras. Estabelece-se aqui uma relação de confiança entre o rei e o povo, relação que é impossível de existir no despotismo. E, a partir da confiança, se reconhece que o poder do rei é limitado. Para comprovar o seu ponto, Jaucourt diz que até mesmo Luís XIV reconhecia essa limitação: “Era por isso que Luís XIV reconhecia que nada podia que fosse contrário às leis da natureza, ao direito dos povos e às leis fundamentais do Estado” (JAUCOURT, 2015, p. 101). O monarca se submete às leis do Estado para não ir contra os direitos dos povos (JAUCOURT, 2015, p. 102). É esta a herança de Luís XIV que Jaucourt deseja que Luís XV siga: “O monarca que pensa e que age assim é bem digno do nome de

²² Na nossa interpretação do verbete de Jaucourt, quando se trata do despotismo, religião e superstição se tornam sinônimos.

Grande, e aquele que só pode aumentar sua glória continuando uma dominação cheia de clemência merece sem dúvida o título de Bem-Amado” (JAUCOURT, 2015, p. 102).

De nossa parte, julgamos que ao contrário do *Dicionário*, há no verbete da *Enciclopédia* uma associação entre despotismo e tirania. O autor define um usando o outro, isto é, o governo despótico é um governo tirânico, portanto permite que ambos os conceitos sejam usados intercambiavelmente. Além disso, é preciso ressaltar as semelhanças entre a definição do conceito da *Enciclopédia* com a maneira que o conceito é descrito por Montesquieu no *Do espírito das leis* (2023)²³. Contudo, Jaucourt não transcreve exatamente o verbete tal qual como é descrito no *Do espírito das leis*. Uma das diferenças entre os dois autores é que aquilo que Jaucourt denomina como o *princípio* do despotismo, é para Montesquieu a natureza desse governo. A razão disto é que, ao contrário de Montesquieu, Jaucourt não distingue entre natureza e princípio de um governo. Na tipologia de governos de Montesquieu, os governos são formados por uma natureza e princípio. A natureza do despotismo para Montesquieu é o que Jaucourt chama de princípio, já o princípio, propriamente, é o medo (MONTESQUIEU, 2023, I, III). Desta forma, enquanto a natureza é a estrutura do governo, o princípio é a paixão que o move (MONTESQUIEU, 2023). Para nós, Jaucourt não formula uma tipologia de governo, apenas define as características que classificam o que seria o governo despótico associando-o a um governo absoluto. O medo no verbete de Jaucourt é uma paixão constituinte do despotismo, mas ao contrário do que argumenta Montesquieu, não é o seu princípio. No verbete, o medo no despotismo está mais associado à superstição.

A definição de despotismo na *Enciclopédia* descreve um governo que, uma vez estabelecido, é irremediável. Mesmo diante do caos ele persevera. Parece ser um grande mistério saber como este governo se sustenta, afinal nem mesmo a sucessão é assegurada. Nesse cenário, lembramos do exemplo de Montesquieu sobre Carlos XII da Suécia, que em sua ausência colocou sua bota para governar em seu lugar, e esta bota “teria comandado

²³ Richter (1989) confirma que Jaucourt era amigo de Montesquieu e conhecia sua obra, que inclusive é citada e elogiada no verbete de despotismo pelo enciclopedista. Outra curiosidade sobre a relação de Montesquieu com a *Enciclopédia* é que Diderot havia convidado o barão a escrever os verbetes de democracia e despotismo, mas que foram recusados pois Montesquieu já havia tratado desses conceitos anteriormente ao convite, na sua obra *Do espírito das leis*, publicada em 1748.

como um rei despótico” (MONTESQUIEU, 2023, I, V, XIV, p. 133). Todavia, no verbete de Jaucourt os súditos não só podem como é da natureza humana que eles se rebelam contra o despotismo. O verbete considera que os reis do Oriente são reconhecidos como “os filhos adotivos do céu” (JAUCOURT, 2015, p. 99), afirmando, assim, a origem divina dos reis. Mas quando o súdito se rebela contra o déspota, ele também é considerado divino, escolhido por Deus tal qual o déspota um dia foi. Por esta perspectiva, Jaucourt inverte o que seria a afirmação de que o rei é o escolhido de Deus. Ao se rebelar contra o déspota, o súdito se torna mais divino que ele, então, abandonado por Deus.

Ao compararmos o verbete com a nossa hipótese inicial, que a *Enciclopédia* contestaria a monarquia francesa e a aristocracia, em uma primeira leitura, notamos que há uma distinção entre os governos despóticos do Oriente e os governos cristãos do Ocidente. Por um lado, confirma-se a tendência discursiva do século XVIII, na qual a comparação da Europa com o Oriente era usada para denunciar práticas dos próprios governos europeus. (DIJN, 2013; GROSRICHARD, 1979; RICHTER, 2002). Por outro, o verbete de despotismo parece contestar, a princípio, o argumento de Dijn (2013), que defende que os discursos críticos à monarquia absolutista de Luís XV nos meados do século XVIII tendiam a aproximar os dois tipos de governo. Nesse sentido, o verbete poderia indicar que os enciclopedistas estariam defendendo a monarquia francesa ao distanciar ambos os tipos de governo, e, além disso, elogiá-la. Sabemos, contudo, que, assim como os outros enciclopedistas, Jaucourt não defende o governo absolutista (SOUZA, 2015), o que torna inusitado depararmos com uma descrição no mínimo idealizada dos reinados de Luís XIV e Luís XV.

Os elogios à monarquia francesa são parte da estratégia retórica dos enciclopedistas, que segundo a filósofa Maria das Graças de Souza (2015, p. 16-17, grifos nossos): “o verbete sugere outra coisa: *todo governo absoluto é despótico*”. Pode-se compreender a contradição entre as posições dos enciclopedistas como medidas preventivas à ameaça da censura real. A apologia da monarquia francesa pode ser reconhecida como uma das técnicas para evitar a censura²⁴ (SOUZA, 2015). Uma outra forma de interpretar a visão

²⁴ A apologia da monarquia francesa não é a única técnica exclusiva empregada pelos enciclopedistas. Segundo Souza (2015, p.17), “outra técnica consistia em apresentar de modo estritamente ortodoxo os

idealizada da monarquia francesa é pela inversão de valores sobre o significado da soberania. No verbete, o cristianismo não pode sustentar uma soberania absoluta e ilimitada, pois para os enciclopedistas apenas Deus é o monarca absoluto, e qualquer reivindicação humana sob este poder é uma afronta ao poder divino, “já que ocorre uma usurpação, da parte do monarca absoluto, que é criatura, de direito que pertencem exclusivamente ao Criador” (SOUZA, 2015, p. 11). Por este motivo, Jaucourt destaca os limites sobre o poder de Luís XIV, o qual tinha apenas a finalidade de proteger as posses de seus súditos. Assim, o papel do monarca parece ser reduzido à proteção dos bens do povo, e clama para que Luís XV aja desta mesma forma, respeitando a vontade Divina (JAUCOURT, 2015). Portanto, a visão idealizada da monarquia francesa opõe-se aos princípios do absolutismo.

Da mesma forma que a monarquia é idealizada como um governo bom e moderado, o despotismo é também idealizado como um governo mal, absoluto e tirânico. A idealização do despotismo está fundamentada na lógica orientalista que faz parte da definição do conceito desde do seu uso feito na Grécia Antiga (RICHTER, 1973; 2005; GROSRICHARD, 1979). A comparação com o outro oriental serviu para os europeus fundamentarem suas concepções de governo e nação (RICHTER, 2002). A comparação também serviu para estabelecer padrões valorativos do que são governos bons e maus. Assim, o verbete da *Encyclopédia* demonstra que as experiências políticas do Oriente são o exemplo daquilo que *não* deve ser seguido, e que o exemplo de melhor e mais justo governo é a experiência da monarquia francesa. Simultaneamente, o verbete usa o orientalismo para denunciar as práticas absolutistas da monarquia, ou a tentativa de Luís XV de consolidar uma monarquia absolutista. Por esta interpretação, ao falarem do despotismo, os enciclopedistas estariam falando da monarquia francesa, e ao fazerem isso, seria um governo imaginado por eles. Confirma-se a nova característica do conceito e que desafia o pensamento político do século XVIII: ao olharem para o outro, os europeus olham

verbetes cujos títulos poderiam atrair a atenção dos censores, deixando as observações mais ousadas para verbetes cujos títulos indicavam conteúdos aparentemente inócuos”. Além disso, os enciclopedistas também usavam as remissões que “Consistia em indicar, no corpo de um determinado verbete, um outro título, que por sua vez remetia a outro artigo etc. Assim, o leitor atento, ou o leitor ilustrado, indo de um verbete mais bem-comportado a outro mais audacioso segundo as recomendações dos autores, era conduzido a penetrar no espírito da obra”. (SOUZA, 2015, p. 17).

para eles mesmos (GROSRICHARD, 1979). É necessário reconhecermos, porém, que apesar de criticarem o absolutismo não podemos reduzir o empreendimento da *Enciclopédia* a um manifesto da burguesia (SOUZA, 2015, p. 22). A *Enciclopédia* é um empreendimento intelectual e reflete a opinião dos colaboradores, e por isso, também reflete os movimentos internos do Antigo Regime (SOUZA, 2015, p. 22).

CONCLUSÃO

O presente artigo se propôs a investigar as definições do conceito de despotismo no *Dicionário da Academia Francesa* e na *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert, indagando em que sentido poderíamos compreender como tais definições expressariam as posições políticas dos dicionários diante do governo monárquico da época. Desta forma, procuramos compreender o uso do conceito a partir da sua retomada no próprio século XVIII, caracterizado, principalmente, para fins comparativos entre os governos europeus e um imaginário político compartilhado na época, representado por uma imagem negativa dos governos orientais.

A partir das análises dos verbetes, fomos capazes de depreender do uso do conceito de despotismo diferentes posições acerca da disputa política do século XVIII da França. Com a análise do *Dicionário da Academia Francesa*, o conceito de despotismo ganha pouco destaque na obra, com uma definição reduzida a pouco mais de uma linha e com outros termos da família do conceito sendo definidos da mesma forma. O fato de que o despotismo é introduzido revela que a ameaça não é endógena aos governos, mas exógena, e, portanto, seria contraditória a ideia de que o próprio rei francês seria um déspota. Essa posição é reforçada pela missão política do *Dicionário* que defende a monarquia francesa por meio do estabelecimento de uma língua comum. É mais pelo projeto político do *Dicionário* do que pelo próprio verbe de despotismo que a obra confirma sua posição na defesa da monarquia e dos valores baseados numa sociedade hierarquizada pelo *status* de cada súdito. No entanto, cabe reforçar aqui que, por conta disso, podemos atribuir ao

discurso pró-monarquia a estratégia de reforçar a distinção entre despotismo e tirania, afirmando assim que despotismo é um governo estrangeiro e tirania é o conceito usado para abordar questões internas do governo.

Na *Encyclopédia*, o conceito de despotismo ganha mais destaque. O conceito é usado para denunciar o absolutismo e contestá-lo. Cria-se, a partir dele, um governo imaginário para distinguir o que é ruim e o que é bom. Há algo neste governo, como um *espírito*, que rege e que se sobrepõe aos súditos, que parecem estar acorrentados a ele. A aberração deste governo é reconhecida não só pelos enciclopedistas, mas também compartilhada especialmente entre os franceses. O que o verbete faz com o conceito de despotismo é aproveitar-se desse imaginário político coletivo associado a ele para, então, inverter o seu sentido. E, ao invés de remeter a uma ameaça estrangeira, denuncia os abusos internos do governo. Caracterizam-se assim, os discursos anti-absolutistas do século XVIII que retomam o conceito de despotismo.

Através do estudo do conceito das definições de despotismo no *Dicionário da Academia* e a *Encyclopédia*, fica evidente a carga política do conceito e seu caráter polêmico. Por haver um imaginário político que ambos os lados do debate compartilham, o conceito pode ser usado por ambos, ressaltando, evidentemente, aspectos diferentes deles em seus discursos. Com isso, o despotismo mostra-se um conceito importante para o século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADÉMIE FRANÇAISE. **Dictionnaire de l'Académie française**. Paris: J. B. Coignard, 1694. v. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k12803924/f9.item>. Acesso em: 14 ago. 2024

_____. **Dictionnaire de l'Académie française**. Paris: J. B. Coignard, 1718. v. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k12803909/f9.item>. Acesso em: 14 ago. 2024

_____. **Dictionnaire de l'Académie française**. Paris: J. B. Coignard, 1740. v. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k12803887/f506.image>. Acesso em: 14 ago. 2024

_____. **Dictionnaire de l'Académie française**. Paris: J. B. Coignard, 1762. v. 1. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1280386d/f536.image>. Acesso em: 14 ago. 2024

_____. L'histoire. Disponível em: <https://www.academie-francaise.fr/linstitution/lhistoire>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ARENDR, Hannah. Montesquieu's revision of the tradition. *In*: ARENDR, Hannah. **The promise of politics**. New York: Schocken Books, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998.

BOSSENGA, Gail. Society. *In*: DOYLE, William (ed.) **Old regime France 1648 -1788**. The short Oxford history of France. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 195-222. p. 42-77.

DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. (ed.). **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. vol. 5. Paris: Le Breton, Briasson, David l'Aîné e Durand. 1754. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50537q.r>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

DIJN, Annelien. Montesquieu's controversial context: The Spirit of the Laws as a monarchist tract. **History of Political Thought**. vol. 34, no. 1, 2013.

DOYLE, William (ed.) **Old regime France 1648 -1788**. The short Oxford history of France. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GROSRICHARD, Alain. **Structure du sérail**. Paris: Éditions du Seul, 1979.

HUBAC, Jean. Frontispice Pour Le Dictionnaire De L'Académie Française. **L'Histoire par l'image**,
2017
Disponível

em: <https://histoire-image.org/etudes/frontispice-dictionnaire-academie-francaise>
<https://bit.ly/4fIDAhQ> . Acesso em: 18 jul. 2024.

JAUCOURT, Chevalier Louis de. Despotismo. *In*: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. L. R. **Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, artes e ofícios: volume 4: política**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

KOEBNER, R. Despot and Despotism: Vicissitudes of a political term. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**. vol. 14, no. ¾, 1951, p. 275 - 302.

MONTESQUIEU, Charles Louis, barão de. **Do espírito das leis**. São Paulo: Unesp, 2023.

OSTRENSKY, Eunice. **Política, retórica e contigência**. Alameda: São Paulo, 2024

RICHTER, Melvin. Despotism. *In*: WEINER, P. P. (ed.). **Dictionary of the History of Ideas: Studies of selected pivotal ideas**. New York: Charles Scribner's sons, 1973.

_____. Montesquieu, the Politics of Language, and the Language of Politics. **History of Political Thought**, v. 10, n. 1, p. 71–88, 1989.

_____. Montesquieu's theory and practice of the comparative method. **History of the Human Sciences**, vol. 15, n. 2, 2002. p. 21-33

_____. A Family of Political Concepts: Tyranny, Despotism, Bonapartism, Caesarism, Dictatorship, 1750-1917. **European Journal of Political Theory**. v. 4, n. 3, p. 221–248, jul. 2005.

SOUZA, Maria das Graças de. O pensamento político na Enciclopédia. *In*: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. L. R. **Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, artes e ofícios: política**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. v. 4. p. 9-23

SWIGGERS, P. Pré-histoire et histoire de l'Encyclopédie. **Revue Historique**, v. 271, n. 1 (549), p. 83–93, 1984.

SWANN, Julian. Politics: Louis XV. In: DOYLE, William (ed.) **Old regime France 1648-1788**. The short Oxford history of France. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 195-222.

VENTURI. Franco. Oriental despotism. **Journal of the History of Ideas**. vol. 27, no. 1, 1963. p. 133 - 142.